

A produção oculta fundamentada na Contabilidade Social: um estudo no comércio formal do município de Rio Tinto, PB

Ana Cândida Ferreira Vieira

Universidade Federal da Paraíba - Campus IV
acandidafv@yahoo.com.br

Elton dos Santos Mendonça

Universidade Federal da Paraíba - Campus IV
elton.santos2010@hotmail.com

Josicarla Soares Santiago

Universidade Federal da Paraíba - Campus IV
josicarlass@yahoo.com.br

Tabira Souza Andrade

Universidade Federal da Paraíba - Campus IV
tabirandrade@gmail.com

Resumo


A economia do país é esclarecida a partir dos relatórios do sistema de contas nacionais e seus agregados. Com isso, a contabilidade social tem o propósito de contribuir com todos os agregados desse sistema, inclusive a economia não observada ou subdeclarada (ENO) que está inserida no sistema de contas e pode ser entendida como atividades legais que não são declaradas em sua totalidade. O objetivo deste estudo é evidenciar a economia não observada no município de Rio Tinto - PB, em 2016, e tem como base o comércio formal da região. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, documental e com estudo de caso. Ao final da pesquisa, diante dos resultados obtidos, chegou-se à conclusão de que a economia não observada, voltada para a produção oculta ou subdeclarada, vem mostrando indícios através de algumas ações dos empresários do comércio no município de Rio Tinto - PB, tais como: existência da empresa no mercado por algum tempo; falta de documentos para registro financeiro na contabilidade; e, ausência de conhecimento sobre o ISS do administrador da empresa, mesmo com os registros feitos por um contador. Essas características acabam gerando perdas na economia e na sociedade da região.

Palavras-chave: Contabilidade social. Produção oculta ou subdeclarada. Comércio formal

The hidden production founded in Social Accounting: a study in the formal trade of the municipality of Rio Tinto-Pb

Abstract

The economy of the country is clarified from the reports of the system of national accounts and their aggregates. With this, social accounting is intended to contribute to all the aggregates of this system, including the unobserved or underreported economy (ENO), which is embedded in the system of



accounts and can be understood as legal activities that are not declared in their entirety. The objective of this study is to show the economy not observed in the municipality of Rio Tinto - PB, in 2016, and has as main focus the formal commerce of the region. This is a bibliographical, documentary and case study research. At the end of the research, in view of the results obtained, the conclusion was reached that the unobserved economy, focused on hidden or underreported production, has been showing signs of some actions of the commercial entrepreneurs in the municipality of Rio Tinto - PB, such as: existence of the company in the market for some time; Lack of documents for financial records in accounting; And, lack of knowledge about the Tax Over Services-TOS of the company administrator, even with the records made by an accountant. These characteristics end up generating losses in the economy and society of the region

Key words: Social accounting. Hidden or underreported production. Formal trade

1 Introdução

Sabe-se que qualquer empresa formal tem a necessidade de uma contabilidade eficiente e atuante, no que diz respeito aos registros contábeis necessários para um correto funcionamento e para a tomada de decisão. Para o sucesso de uma empresa, o administrador precisa acompanhar os resultados alcançados e entender os problemas identificados durante o exercício financeiro. E, é nesse contexto que a contabilidade ganha destaque favorável, pois através dos registros e das demonstrações contábeis é possível obter as informações necessárias para o desenvolvimento empresarial.

Além da atuação da contabilidade nas empresas de um modo geral, é possível observar a sua inserção no sistema econômico do país como um todo. Segundo os autores Vasconcellos e Garcia (1998, p.02) "Um sistema econômico pode ser definido como sendo a forma política, social e econômica pela qual está organizada uma sociedade (...)". Com isso, entende-se que o sistema econômico é um detalhado método de organização da produção, distribuição e utilização de bens e serviços que são demandados pelos indivíduos da sociedade brasileira. Esse sistema é dividido em três setores que se relacionam entre si, sendo eles os setores primário, secundário e terciário.

Nos registros dos três setores do sistema econômico a contabilidade social ou nacional surge a partir dos registros da Contabilidade Geral atuante nas unidades empresariais de cada setor, através dos quais uma instituição, como o IBGE (Brasil), observa essas contas e elabora agregados de estatísticas com natureza contábil, estes buscam informar a realidade econômica do país, podendo inclusive, ser relativamente comparada à divulgação de um balanço patrimonial de uma empresa de capital aberto.

Logo, a contabilidade social ou nacional registra os agregados da economia de um país através de estatísticas, balancetes e lançamentos

contábeis, elaborados através de normas e técnicas padronizadas internacionalmente. Dentre os setores do sistema econômico existem aquelas atividades que não são registradas no processo operacional da contabilidade, mas sim estimadas, tais como: o trabalho dos camelôs, as empresas não oficialmente constituídas, a prática de sonegação, etc.

As dificuldades para mensurar essas práticas de atividades na economia são trabalhadas através de três tipos distintos de produção, a saber: produção ilegal, produção oculta ou subdeclarada e produção informal, definidas pelo Manual das Contas Nacionais de 1993 das Nações Unidas (SNA 93).

Devido à complexidade do assunto, existem poucos trabalhos acadêmicos divulgados, dentre os quais é possível citar o texto para discussão de João Hallak Neto e Roberto Olinto Ramos: A economia não observada no Brasil - um estudo baseado na metodologia do sistema de contas nacionais.

Com base nessas observações o presente artigo busca evidenciar a produção oculta ou subdeclarada no comércio formal da cidade de Rio Tinto-PB, município localizado na região Nordeste do país, mais precisamente, no estado da Paraíba. No município de Rio Tinto-PB, dos três setores que compõem o sistema econômico, o que mais se destaca em desempenho no Produto Interno Bruto (PIB) é o setor de serviços (IBGE, 2016), motivo pelo qual foi escolhido para a pesquisa.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016), no senso de 2010, estimou-se que a população de Rio Tinto no ano de 2015 foi de 24.023 pessoas, já no ano de 2016, a população chegou a 24.090 pessoas, em uma área de 465.666 Km². Com uma densidade demográfica de 49,42hab/Km² no ano de 2010. Em 2013 o IBGE divulgou que o município possuía 270 empresas formais distribuídas por todos os setores e, o setor de

serviços da cidade alcançou o montante de R\$ 42.096.000,00, referente ao valor do Produto Interno Bruto (PIB). Sabe-se que o comércio está inserido no setor de serviços, e que este superou o setor agrícola e o industrial do município em estudo, no período de 2010 a 2013.

Devido ao cenário do município de Rio Tinto, e as inquietações movidas pelo estudo, surge o seguinte questionamento: Como a produção oculta ou subdeclarada se destaca no comércio formal do município de Rio Tinto/PB no ano de 2016?

Essa pesquisa justifica-se pela intenção de compreender se as pessoas e empresas que estão no comércio formal do município em estudo têm o conhecimento e a prática da produção oculta ou subdeclarada na economia de Rio Tinto, práticas de sonegação conhecida pela contabilidade social.

Além dessa parte introdutória, o artigo é composto pela fundamentação teórica onde se faz uma breve explanação sobre a contabilidade social, juntamente com o sistema econômico da nação e o sistema de contas nacionais; em seguida, são abordadas as técnicas metodológicas e características da metodologia adotada; posteriormente, faz-se a análise dos resultados do estudo de caso; e, por último, são apresentadas as considerações finais.

2 Contabilidade Social e sua Contribuição no Sistema Econômico

A contabilidade social origina-se ao final do século XVIII, destacando-se segundo Paulani e Braga (2012; p. 02) pela preocupação com o crescimento econômico e a repartição do produto social, através de Adam Smith (1723 – 1790), David Ricardo (1772 – 1823) e John Stuart Mill (1806 – 1873), membros importantes da escola clássica, que investigaram e estudaram as leis de funcionamento da economia na dimensão agregada de seus resultados.

As tentativas de mensurar a renda nacional já existia, e conforme Feijó & Ramos (2013; p. 02) “merece destaque especial o trabalho de Simon Kuznets nos anos 1930, nos Estados Unidos”. Todavia, foi John Maynard Keynes que primeiro destacou a construção de sistema contábil através das partidas dobradas para se chegar a mensuração da renda nacional por período. Na realidade o que proporcionou o aceleração dos estudos da contabilidade social foram os problemas econômicos do pós guerra e a difícil situação da economia mundial na década de 1930, depois do colapso de 1929, afirma BRESSER-PEREIRA; NAXANO (1972; p. 01).

A contabilidade social não se reduz ao Sistema de Contas Nacionais, nela interagem o balanço de pagamentos e as contas do sistema monetário. Nesse contexto, a analogia da contabilidade social com a contabilidade empresarial resume a forma de contas, balancetes e lançamentos contábeis. À medida que a contabilidade é social toda a estatística de mensuração dos agregados e de fechamento das contas tem de servir para que os gestores públicos tenham uma ideia clara do cenário macroeconômico do país, e com isso formular e planejar o que for necessário através de planejamentos econômicos que possam até intervir no cenário do país (PAULANI; BRAGA, 2012).

Sendo assim, percebe-se que desde o início a contabilidade social tem por propósito fornecer informações que apresentem, de uma maneira mais aproximada da real situação, o desenvolvimento das empresas e da nação, por meio de informações contábeis de um modo mais amplo. E, nesse contexto, entende-se a nação como se fosse uma grande empresa. Não obstante, a contabilidade social é dedicada a registrar e mensurar as atividades de características e formação da economia nacional, porque através dela é possível identificar o crescimento econômico como também o desenvolvimento social de uma nação em um determinado período de tempo, sendo perceptível tudo que o país produziu, vendeu, comprou e economizou no sistema econômico.

O sistema econômico é um espaço de organização da sociedade, que se preocupa em observar, também, o desenvolvimento das atividades econômicas do país, sempre com enfoque no bem-estar das pessoas e da sociedade, como assegura Vasconcellos e Garcia (1998, p.02): “É um particular sistema de organização da produção, distribuição e consumo de todos os bens e serviços que as pessoas utilizam buscando uma melhoria no padrão de vida e bem-estar”. Esse sistema econômico é dividido em três setores: o primário que é composto pela agricultura, pecuária, pesca e extração vegetal; o secundário que é formado basicamente pela indústria; e, por último, o setor terciário, que abrange os serviços, comércio, transporte e comunicação. Assim assegura Vasconcellos e Garcia (1998, p.97).

A partir de um marco estrutural do sistema econômico e das atividades monetárias de produção existente nesse processo, os benefícios positivos ou negativos são contabilizados no Sistema de Contas Nacionais

(SCN), construídos por vários países, sob a coordenação de órgãos nacional e internacional, que teve sua evolução a partir do seu processo histórico.

2.1 Economia Não Observada (ENO)

No Brasil, atualmente, é de responsabilidade do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a elaboração das Contas Nacionais. No entanto, o IBGE assumiu essa responsabilidade no ano de 1987, pois até dezembro de 1986 quem executava as contas nacionais era o Instituto Getúlio Vargas, o qual de 1947 a 1985 foi quem fez uma estimativa das contas nacionais (MOTORO FILHO; FRANCO 1994, p.59).

Sabe-se que o Sistema de Contas Nacionais (SCN) corresponde ao armazenamento de dados em forma normativa baseada na

contabilidade e que destaca informações de caráter econômico. Nesse contexto, a economia do país é diretamente relacionada com o Sistema de Contas Nacionais (SCN), cujo conjunto de dados oficiais são coletados, processados e divulgados ao país. Nesse sistema, Hallak Neto apud Feijó & Ramos (2013; p. 134) ressaltam que: "(...) quando se mensura o valor da produção de uma economia há uma parcela que não é coberta pelas estatísticas tradicionais". Para essa parcela fazer parte da mensuração do SCN é necessário o desenvolvimento de métodos alternativos para se chegar a uma estimativa destes no produto do país. Essa parcela é definida, por Hallak Neto apud Feijó & Ramos (2013), como Economia Não Observada (ENO), onde o Manual de Contas Nacionais de 1993 das Nações Unidas (SNA 93) estabelece três tipos de produção não observadas, conforme Quadro 1.

Quadro 1. Produção da Economia Não Observada

Tipo de Produção	Características	Método de Mensurar	Exemplo
Produção Ilegal	Aquela atividade que se realiza em pleno acordo entre as partes envolvidas	Através de declaração do informante de quanto recebe do serviço, porque existe ausência de informação durante a entrevista. Com a declaração a produção pode ser estimada.	*Drogas; *Contrabando; *Prostituição;
Produção Oculta ou Subdeclarada	São atividades legais, no entanto não são declaradas ou apenas alguma parte é declarada; e outro tipo são aquelas que escapa aos registros administrativos ou às pesquisas por ineficiência das bases de dados	São estimadas através do confronto entre oferta e demanda de bens e serviços.	*Sonegação do pagamento de impostos; *Evitar o cumprimento de normas legais relacionadas ao trabalho, segurança ou saúde; *Ausência no cumprimento de procedimentos administrativos, tais como, questionários estatísticos ou registros administrativos
Produção Informal	Se resume em pessoas físicas com baixo nível de organização produtiva e que não possuem entidade legalmente constituída, e se caracterizam por um baixo nível de organização produtiva e não possui divisão definida entre trabalho e capital	A mensuração é realizada por estimação realizada entre o valor da produção e do consumo intermediário da atividade, obtidos através da pesquisa domiciliar que junto aos indivíduos registra os ganhos de sua produção.	Unidades produtivas que não possuem inscrição no CNPJ

Fonte: Elaboração própria, baseado em João Hallak apud Feijó e Ramos (2013; p. 134- 135)

O Sistema de Contas Nacionais (SCN) pode ser entendido como um agregado de informações que tem a capacidade de reunir a movimentação econômica do país. Sendo assim, a economia não observada (ENO) está implantada diretamente a esse sistema de

contas, e demonstra grande relevância à economia do país. Todo tipo de atividade que envolve a economia deve ser reconhecida por completo para se chegar a informações com qualidade, quando apresentadas ao país pelo (SCN), no entanto, existe a característica de

algumas atividades que não são reconhecidas ou contabilizadas pelo órgão compilador, e essa classe econômica é denominada de Economia Não Observada (ENO). Recentemente instituições importantes para economia apresentaram diversos métodos de padronização no que diz respeito à mensuração a ser realizada pelos países.

A questão da ENO, de desenvolvimento recente, tem recebido crescente atenção das divisões de estatística de diversos organismos internacionais, tais como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (em inglês, Organisation for Economic Co-operation and Development/ OECD), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Comissão de Estatísticas Econômicas para a União Europeia (em inglês, United Nations Economic Commission for Europe/ UNECE). Estas instituições desenvolveram uma série de ações no sentido de promover uma harmonização em torno de seu conceito e de apresentar métodos padronizados de sua mensuração para serem aplicados pelos diversos países. (HALLAK NETO; RAMOS, 2014, p.33).

Existe uma preocupação dos órgãos competentes quanto ao método de mensuração da ENO, devido a tentativa de redução da margem de erro entre as estimativas realizadas na atividade que não é observada na economia. A ausência dessa margem monetária da ENO no produto gera consequências na determinação e definição do produto, despesa e renda da economia. Diante do exposto, percebe-se que a ENO é uma prática que atinge de maneira negativa a economia de uma nação e, desta forma, esse tipo de produção afeta o crescimento econômico, desenvolvimento econômico e social do país.

Nesse contexto, observando o Brasil é possível destacar através do texto de discussão 008/2013 de Hallak Neto e Ramos (2013), que a ENO no país é realizada através de estimativas e “os resultados das atividades produtivas que têm origem subdeclarada ou subcoberta são estimados com base nos métodos baseados no fluxo de produtos ou na demanda”. (HALLAK NETO; RAMOS, 2013; p. 23). Assim,

A ENO no Brasil como proporção do PIB decresceu de 15,8% para 11,6%, entre 2000 e 2009, resultado influenciado pela redução do ainda significativo peso da produção familiar e informal na economia do país. Fatores como o crescimento econômico, sobretudo no período 2004-2008, e efeitos de medidas específicas como redução e simplificação de

impostos, expansão do crédito para microempreendedores e o aumento da fiscalização trabalhista, foram identificados como relevantes para esta redução. (HALLAK NETO; RAMOS, 2013; p. 02)

No entanto, é fato que a ENO no Brasil é divulgada com base em dados estimados extraídos do método baseado no fluxo de demanda e oferta de bens e serviços, ou seja através da contabilidade das empresas que necessitam dos documentos necessários para registrar o fluxo monetário e financeiro das mesmas. As empresas, de um modo geral, em algum momento não realizam as declaradas conforme as normas técnicas da contabilidade ou apenas alguma parte é declarada; e uma outra maneira de não apresentar documentos formalmente técnico é através dos registros administrativos ou às pesquisas por ineficiência das bases de dados

3 Procedimentos Metodológicos

3.1 Caracterização da pesquisa

O artigo em estudo tem característica bibliográfica, documental e com estudo de caso. No que diz respeito à pesquisa bibliográfica, foram utilizados livros, artigos acadêmicos e outros, dos quais contribuiriam para a organização textual e teórica do estudo proposto. A pesquisa documental teve como principal fonte as publicações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), via internet, no qual foram extraídos dados do município e do setor de serviço do local. Ressaltando que a contabilidade social do Brasil não apresenta informações específicas para o município de Rio Tinto, no que diz respeito a produção oculta ou subdeclarada.

A abordagem do tema da pesquisa apresenta característica qualitativa com caráter subjetivo do objeto analisado, onde as informações podem ser descritas em números, ou seja, as informações são quantificáveis. Todavia, tais informações destacam as particularidades e limitações de experiências dos empresários do comércio formal da região em estudo.

O estudo de caso tem como foco as empresas do comércio formal do município de Rio Tinto no estado da Paraíba no ano de 2016, mais precisamente na zona da mata. É considerado um município de pequeno porte, devido a população e a economia. O questionário in loco foi aplicado aos empresários da região, dados necessários para o estudo proposto.

3.2 Universo, amostra e processo de coleta de dados

Segundo o IBGE, até o ano de 2013 o município de Rio Tinto - PB apresentou 270 empresas atuantes e formalmente constituídas, em 2014 a quantidade de empresa reduziu e chegou a 228 empresas atuantes. Esse valor apresentado pelo Instituto mostra que essas empresas estão distribuídas em todos os setores da economia e não faz uma filtragem da quantidade exata de empresas apenas do comércio. Devido a essa situação, durante a pesquisa em campo houve a preocupação de aplicar o questionário as empresas do comércio formal e por esse motivo foi planejado ter como base o universo das empresas atuantes em 2014, sendo assim, para definir a amostra utilizou-se o universo de 228 empresas.

Nesse contexto, a definição da amostra é de 23,68%, que corresponde a 54 empresas do comércio formal, sendo trabalhada através do tipo de amostra intencional, que segundo Gil (2008, p.94) "Constitui um tipo de amostragem não probabilística e consiste em selecionar um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda população".

Para a coleta de informações necessárias, foi elaborado um questionário in locus com perguntas objetivas e com algumas opções de respostas subjetivas, devido à falta de esclarecimento, e que, foi aplicado diretamente às empresas do comércio na cidade de Rio Tinto - PB.

O questionário tem como objetivo captar informações que mostre indícios da economia não observada e a produção oculta no setor de serviço da economia do município de Rio Tinto, onde se procura saber brevemente se existe produção oculta no setor e o nível de

entendimento das pessoas no que diz respeito à temática.

O questionário foi elaborado com 16 (dezesseis) perguntas objetivas, entre elas existiu a possibilidade de possível explicação subjetiva por parte dos entrevistados.

O período de aplicação do questionário correspondeu de 08 de agosto a 25 de agosto de 2016, que se deu através de visita pessoal à empresa. Esse artigo, ao apresentar o método de pesquisa, busca chegar ao maior nível de informações necessárias para esclarecer o questionamento proposto.

3.3 Processo de análise de dados

A tabulação dos dados extraídos dos questionários foram realizados no programa Microsoft Excel e, posteriormente, foi realizada a análise dos dados adquiridas pelos representantes das empresas. De poder dos dados, os mesmos foram analisados quantitativamente através de métodos e técnicas de estatística descritiva, com valores absolutos e relativos. Esse é um tipo de pesquisa que registra e descreve fatos e, em momento algum, o pesquisador interfere ou manipula-os, apenas utiliza técnicas de coleta e faz um levantamento de informações (PRODANOV; FREITAS, 2013, p.52).

4 Análise dos resultados

Ao observar o setor terciário no município de Rio Tinto/PB, é possível identificar a área de pesquisa do presente artigo, que corresponde ao comércio formal do município, ou seja o de serviço. Segundo dados do IBGE (2013 e 2014), o município retrata o cenário econômico, por setor, através da Produção Interna Bruta (PIB) apresentando aumento entre os anos de 2013 e 2014, ver tabela 1.

Tabela 1. Produto Interno Bruto (x 1.000)R\$

SETOR	RIO TINTO		PARAÍBA	BRASIL
	Período		Período	Período
	2013	2014	2014	2014
Agropecuária	27.401	39.090	1.072.171	105.163.000
Indústria	25.998	25.890	3.392.154	539.315.998
Serviços	42.218	53.275	10.592.779	1.197.774.001

Fonte: IBGE (2016)

A contabilidade inserida em um sistema econômico tem a capacidade de fornecer informações necessárias para que a economia da sociedade possa ser entendida e organizada pelos administradores públicos e particulares. Os

resultados apresentados pela contabilidade das empresas são analisados pela contabilidade social e, nesse sentido, a análise é realizada como um todo, caracterizando a macroeconomia em que um dos agregados econômicos corresponde

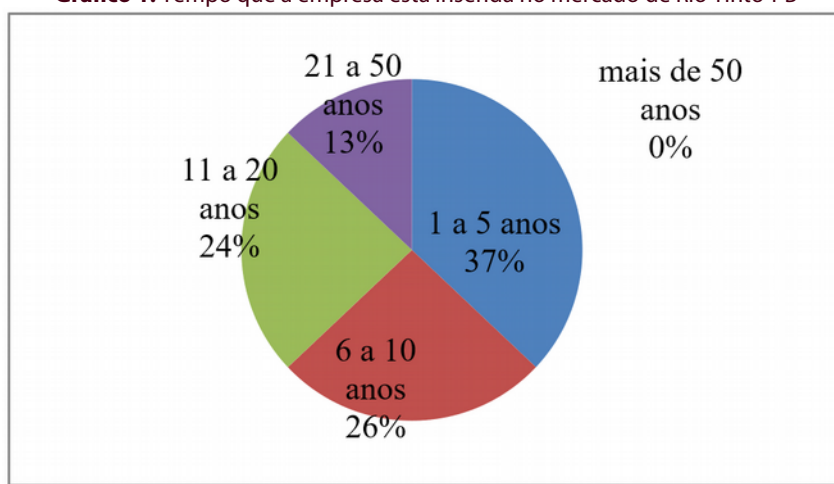
ao PIB.

As informações da contabilidade social retratam o ex post em um município de pequeno porte e mostra o cenário macroeconômico da região. O questionário aplicado às empresas que estão inseridas no comércio da cidade de Rio Tinto-PB refere-se ao ano de 2016.

De início procurou-se identificar o tempo que a empresa está inserida no comércio

da cidade, e verificou-se que a maioria das empresas questionadas possui de 1 a 5 anos de funcionamento. As demais opções referentes ao tempo de funcionamento ficaram relativamente equilibradas, com 63% das empresas diluídas em mais de 5 anos de funcionamento no comércio de Rio Tinto – PB, conforme pode ser observado no gráfico 1.

Gráfico 1. Tempo que a empresa está inserida no mercado de Rio Tinto-PB



Fonte: Elaborado pelos autores, 2016, com base no questionário.

Esse tempo de existência das empresas no município é bastante considerável, conforme Relatório do SEBRAE (2016), o tempo de sobrevivência das empresas no Brasil é de 2 (dois) anos. Haja vista que 75% das empresas, conforme quadro 2, nunca funcionaram sem a devida formalização, o que se entende que sempre agiram dentro da legalidade. No entanto, 25% afirmaram que ficaram em funcionamento

sem formalização, com destaque para duas empresas que se mantiveram sem registro formal por um determinado tempo (uma por 11 anos e a outra por 4 anos). Apesar desse percentual ser da minoria, é possível perceber que no momento de suas implantações as empresas apresentaram indícios de ilegalidade para se manterem no mercado, um pequeno aspecto da produção oculta.

Quadro 2. Formalidade e Suporte Técnico do Contador

Essa empresa já funcionou por algum tempo sem ser constituída formalmente?	
Item	Variável Relativa
Sim	25%
Não	75%
A empresa ao iniciar as atividades no mercado, formalmente, possuía uma contabilidade?	
Item	Variável Relativa
Sim	83%
Não	17%
Atualmente a empresa possui suporte de algum profissional da Contabilidade?	
Item	Variável Relativa
Sim	91%
Não	09%

Fonte: Elaborado pelos autores, 2016, com base no questionário.

No mesmo quadro 2, constata-se que atualmente a grande maioria das empresas, ou seja, 91% possui suporte do profissional de contabilidade. Sendo que os registros que

alimentam a contabilidade social da região foram realizados através das movimentações registradas pela própria contabilidade geral das empresas em estudo, isso significa que a

Produção Interna Bruta (PIB) do município, conforme a amostra foi alimentada respeitando as normas técnicas exigidas pela contabilidade social ou nacional na região.

Observando o processo de registro da contabilidade das empresas, e buscando compreender melhor a produção oculta, a variável imposto indireto recolhido pelas empresas e direcionado ao setor público, identifica se ocorre ou não a produção oculta em uma região.

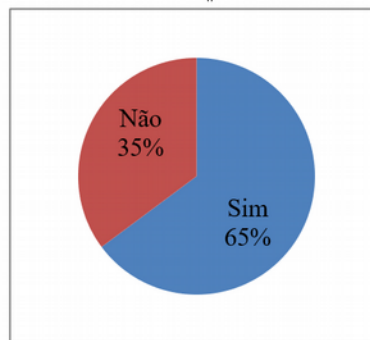
Nesse contexto, foi questionado sobre a orientação do profissional contábil a respeito dos pagamentos de impostos e suas respectivas esferas de recolhimento. Com isso, 65% dos entrevistados confirmaram que o contador(a) fez orientações esclarecendo esse assunto, e 35% alega que não receberam nenhuma orientação, conforme consta no gráfico 2.

Ao serem questionados especificamente sobre o imposto municipal, 65% dos respondentes alegaram que têm conhecimento dos impostos e suas devidas esferas de recolhimento. No entanto, outra pergunta destaca uma incoerência entre as respostas, uma vez que 61% dos pesquisados afirmaram que não sabem de quanto é o valor do imposto municipal, esse valor é uma aproximação relativa da outra resposta, que no caso chegou a 65% dos entrevistados alegando ter conhecimento sobre o recolhimento de impostos, conforme gráficos 2 e 3.

Através do questionário que visa identificar características estimuladoras da produção oculta e com a finalidade de se obter respostas sobre a não declaração ou declaração parcial da movimentação da empresa, uma vez que a incidência de tributação de imposto tem grande influência nesse tipo de economia, foi destacado se a empresa ficou sem fornecer algum documento que registrasse as transações empresariais. E, como resposta, 91% afirmaram

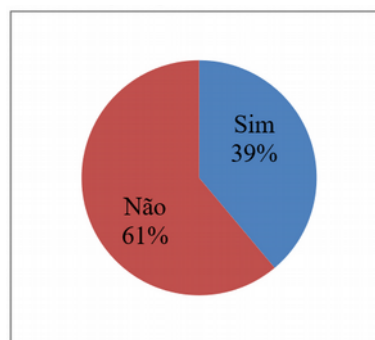
que não, e 9% disseram que sim, que deixaram de fornecer algum documento que, contabilmente falando, essa ausência de documento pode influenciar de alguma maneira os registros contábeis, e até a própria contabilidade social, ver quadro 3.

Gráfico 2: O profissional contábil da empresa já prestou orientação sobre quais são os impostos que são pagos e suas respectivas esferas de recolhimento?



Fonte: Elaborado pelos autores, 2016, com base no questionário.

Gráfico 3. Especificamente, atribuindo o estudo ao município de Rio Tinto, essa empresa tem conhecimento do percentual do ISS (Imposto Sobre Serviços), que é recolhido pela prefeitura dessa cidade?



Fonte: Elaborado pelos autores, 2016, com base no questionário

Quadro 3. Ausência de informações da Empresa

Em algum momento de seu funcionamento, independente do motivo, essa empresa ficou sem fornecer algum documento que demonstrasse as transações da empresa, impedindo que a contabilidade registre os fatos financeiros da mesma?	
Item	Variável Relativa
Sim	09%
Não	91%

Fonte: Elaborado pelos autores, 2016, com base no questionário.

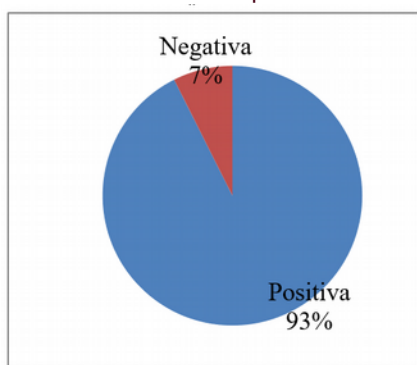
Acredita-se que qualquer empresa que não transmita corretamente todas as suas informações das transações financeiras e de pessoal para a contabilidade contribuirá com a produção oculta e, conseqüentemente,

interferindo na economia do município, estado e até mesmo do país.

Ao se perguntar sobre o crescimento e desenvolvimento econômico do município perante as movimentações que a empresa realiza

e demonstra legalmente, 93% dos empresários que participaram da pesquisa afirmaram que a influência é positiva no município (ver Gráfico 4). Também foi questionado se os comerciantes tinham o conhecimento de como seria essa influência na economia municipal, quando os mesmos deixavam de declarar algum tipo de movimentação financeira.

Gráfico 4. Você como administrador ou até mesmo proprietário dessa empresa, acredita que suas transações empresariais podem influenciar a economia do município?



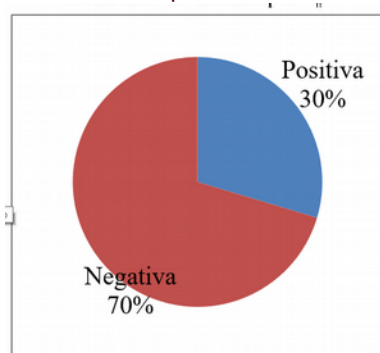
Fonte: Elaborado pelos autores, 2016, com base no questionário.

No Gráfico 5, como se pode observar, 70% dos entrevistados afirmaram que as transações não registradas na contabilidade influenciavam negativamente a economia do município, o que está de acordo com o pesquisado, pois, se a contabilidade social defende que suas informações podem evidenciar a realidade de um ente público, seja municipal, estadual ou federal, quando existe falta de tais informações, não tem como se visualizar a realidade esperada. De acordo com as respostas, os empresários mostraram ter conhecimento que a empresa tem a capacidade de desenvolver a economia municipal. Essas questões apresentaram algumas respostas subjetivas, destacando-se que a maioria afirmou que: “essa influência se concretiza principalmente por geração de empregos e renda, fazendo a economia municipal desenvolver cada vez mais”.

Com base nas informações obtidas sobre o desenvolvimento econômico e o devido registro na contabilidade da movimentação, que diz respeito ao pagamento de impostos, como também a movimentação de pessoal que está relacionado aos direitos trabalhistas, foi questionado aos comerciantes um assunto que apresenta influência na economia não observada, uma vez que, na produção oculta,

estes dois termos, impostos e empregados, são ativos na formação desse tipo de produção.

Gráfico 5. Você como administrador ou até mesmo proprietário dessa empresa, acredita que transações empresariais **NÃO** registradas ou declaradas na contabilidade podem influenciar a economia do município?



Fonte: Elaborado pelos autores, 2016, com base no questionário

Neste sentido, no quadro 4 percebe-se que a grande maioria destacou o pagamento de impostos como sendo o grande vilão das suas obrigações, com um percentual de aproximadamente 78%. Nesse sentido, vale inferir que na atual realidade econômica do País, o fato da forte carga tributária ser tão questionada pelos empresários, vem contextualizada em uma descrença do cumprimento das reais funções do Estado, uma vez que, a gama de obrigações são cada vez maiores e os direitos pouco respeitados, principalmente, quando se fala em questões de segurança para essas empresas, direito a saúde para seus sócios e funcionários, e dentre outros.

No Quadro 4, é possível observar que dos empresários entrevistados no comércio, 61% desconhecem o assunto sobre a produção oculta ou subdeclarada e 39% dos comerciantes alegaram saber. Sendo assim, entende-se que, se a produção oculta estiver acontecendo no município está sendo realizada de maneira oculta.

Com o propósito de identificar a ausência de alguma pergunta no questionário, a última questão foi uma maneira de saber se os entrevistados gostariam de acrescentar algo ao questionário. Nestes termos, 63% responderam que as perguntas foram suficientes e 37% informaram que não gostariam de acrescentar nenhuma informação, como demonstra o quadro 4, portanto, entre os empresários pesquisados não houve manifestação quanto a possíveis novas temáticas.

Quadro 4. Processo de Organização da Empresa

Você como administrador ou até mesmo proprietário dessa empresa, tem conhecimento do que é mais caro para sua empresa?	
Item	Variável Relativa
Manter Funcionário Registrado	22,22%
O Pagamento de Impostos	77,78%
Você como administrador ou até mesmo proprietário dessa empresa sabe o que é uma produção oculta?	
Item	Variável Relativa
Sim	39%
Não	61%
Gostaria de contribuir com algumas colocações que não estavam nas perguntas do questionário?	
Item	Variável Relativa
Sim	0,0%
Não	37%
É suficiente	63%

Fonte: Elaborado pelos autores, 2016, com base no questionário.

5 Considerações finais

Em uma visão geral, baseada no estudo realizado nesse artigo, é possível argumentar que a produção oculta ou subdeclarada corresponde a falta de registro ex post de atividades legais realizadas na economia, ou omitida pelas atividades do sistema econômico.

Tentar entender a produção oculta significa investigar o quanto um setor econômico tem influência financeira e social no crescimento e desenvolvimento econômico local, regional e do país. Entretanto, fazer esta investigação em um município considerado pequeno e sem estatísticas estimadas do IBGE é um desafio, haja vista, inclusive, que existem poucos trabalhos acadêmicos com essa temática.

Assim, com base nos resultados da amostra, foi possível entender que a produção oculta embora pouco expressiva, ainda se revela no município de Rio Tinto – PB, ficando refletida nas entrelinhas dos atos praticados, de forma que alguns indícios contribuíram para verificar que essa produção tem ocorrido mais de forma intercalada e superficial, como por exemplo algumas empresas que no começo de sua implantação passaram anos sem a formalização da empresa, isso para se manter no mercado.

Com base na amostra da pesquisa, os empresários argumentam que o pagamento de impostos é o grande gargalo das obrigações que

as empresas tem para com o direcionamento dos impostos, mas dado a obrigatoriedade, obviamente não afirmam que deixam de contribuir, assim como também não deixam de fornecer as informações necessárias, de forma que apenas 9% afirmam que em algum momento deixaram de fornecer alguns documentos que retratava as transações da empresa.

Com a realização dessa pesquisa de campo se observa uma cidade de pequeno porte com um nível de produção econômico e social relativamente baixo, no entanto, mesmo com empresas estabilizadas e com relativo tempo de funcionamento, seria interessante pesquisar o outro lado, as empresas não formais, de forma a poder fazer um maior uso do conceito da produção oculta e à sua não contribuição social para a região.

A pesquisa realizada contribuiu ainda para constatar que mesmo se tratando de uma cidade de pequeno porte, com uma economia pouco desenvolvida, é perceptível no que diz respeito aos indícios de uma leve ocorrência de produção oculta. E, com base nessa observação acredita-se que esse estudo possa proporcionar o interesse em outros estudos relacionados à economia não observada, e também objetivando o desenvolvimento do conhecimento mais apurado de todos envolvidos.

6 Referências

- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; NAKANO, Yoshiaki. Apostila da FGV/SP: EC. MACRO. L-9, agosto de 1972.
- FEIJÓ, Carmem Aparecida; RAMOS, Roberto Luís Olinto[org.] Contabilidade Social. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier Ltda, 2013.
- FRANCO, Hilário. A Contabilidade Geral. São Paulo, Atlas, 2006.

FREITAS, Cleber Cristiano; PRODANOV, Ernani Cesar de. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Rio Grande do Sul: Novo Hamburgo – Brasil, Feevale, 2013.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisas. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

_____. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Eugênio Celso; BAPTISTA, Antônio Estácio. Contabilidade geral. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2004.

HALLAK NETO, João; RAMOS, Roberto Luiz Olinto. A economia não observada no Brasil: um estudo baseado na metodologia do sistema de contas nacionais. Revista de Economia Contemporânea (2014), vol.18. Rio de Janeiro.

_____. RAMOS, Roberto Luiz Olinto. A economia não observada no Brasil: um estudo baseado na metodologia do Sistema de Contas Nacionais. UFRJ/ IE, 2013.

IBGE. Instituto brasileiro de geografia e estatística. O cidades@; Paraíba>> Rio Tinto. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=251290>> Acesso em: 26/09/2016.

_____. O cidades@; Paraíba>> Rio Tinto>> infográficos>> despesas e receitas orçamentárias e PIB. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/economia.php?lang=&codmun=251290&search=paraiba|rio-tinto|infogr%E1ficos:-despesas-e-receitas-or%E7ament%E1rias-e-pib>> Acesso em: 26/09/2016.

_____. Cidades.<http://ibge.gov.br/cidadesat/painel/economia.php?lang=&codmun=250905&search=paraiba|marcacao|infograficos:-despesas-e-receitas-orcamentarias-e-pib>. Consultado em 16 de dezembro de 2016.

_____. Séries Relatórios Metodológicos número 24. Sistema de Contas Nacionais Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro, 2008.

_____. Sistema de Contas Nacionais. Brasil Referência 2010 nota metodológica nº 02 Estrutura do Sistema de Contas Nacionais. Versão 2, Janeiro de 2015.

MONTORO FILHO; Franco André. Contabilidade Social: uma introdução a macroeconomia. 2ª Ed. São Paulo, Atlas 1994.

MORESI, Eduardo (Org.). Metodologia da Pesquisa: UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA – UCB PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO – PRPG PPROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM GESTÃO DO CONHECIMENTO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO: Brasília – DF Mar 2003. Disponível em: <http://ftp.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/1370886616.pdf>. Acesso em: 22 de Abirl de 2016.

PAULANI, Leda Maria; BRAGA, Márcio Bobik. A nova contabilidade social: uma introdução à macroeconomia. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

PEREIRA, Elias; KOBAYASHI, Carlos; ARAGAKI, Carlos. et al. Fundamentos da contabilidade. São Paulo: Person Prentice hall, 2005.

ROSSETTI, José Paschoal. Contabilidade social. 7.ed, São Paulo: Atlas, 1995.

SEBRAE. Sobrevivência das Empresas no Brasil – Relatório. Outubro/2016.

SILVA, Edson Cordeiro da. Contabilidade empresarial para gestão de negócios: Guia de orientação fácil e objetivo para apoio e consulta de executivos. São Paulo: Atlas, 2008.

VASCONSELOS, Marcos Antonio Sandoval de; GARCIA, Manoel Enriquez. Fundamentos de economia. São Paulo, Saraiva, 1998.